Uptick Participações S.A.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2017.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,

O Conselho de Administração da **UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.** ("UPTICK" ou "Companhia") submete à apreciação de seus Acionistas a Proposta da Administração sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 02 de outubro de 2017 ("Assembleia"), nos termos a seguir expostos:

I. AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014, 2015 E 2016, ACOMPANHADAS DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração da Uptick Participações S.A. foram aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia e auditados pelos Auditores Independentes – BDO RCS Auditores Independentes SS e Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes - previamente à manifestação favorável do Conselho de Administração, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia.

O Conselho de Administração recomenda aos Acionistas da Companhia que examinem detidamente esses documentos relativos ao exercício social de 2014, 2015 e 2016, caso necessário, esclareçam previamente eventuais dúvidas, a fim de deliberarem sobre a aprovação das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração do exercício de 2014, 2015 e 2016, na forma prevista nos incisos II e I do Art. 9º, da Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, em seu *website* (www.uptickbrasil.com.br), além de estarem disponíveis na página da Comissão de Valores Mobiliários – CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br).

Uptick Participações S.A.

II. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014, 2015 E 2016.

Proposta de destinação do Resultado do Exercício de 2014:

a) Retificar o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no montante de R$ 11.986.753,38 (onze milhões, novecentos e oitenta e seis mil, setecentos e cinquenta e três reais e trinta e oito centavos), para R$ 12.723.351,05 (doze milhões, setecentos e vinte e três mil, trezentos e cinquenta e um reais e cinco centavos);

b) Retificar a constituição de RESERVA LEGAL no montante de R$ 599.337,67 (quinhentos e noventa e nove mil, trezentos e trinta e sete reais e sessenta e sete centavos) para R$ 636.167,55 (seiscentos e trinta e seis mil, cento e sessenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos;

c) Retificar a distribuição de DIVIDENDOS OBRIGATÓRIOS, no valor de R$ 2.846.853,93 (dois milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e três reais e noventa e três centavos), correspondente a R$ 0,0542909362 por cada ação do capital social e aprovar a deliberação de DIVIDENDOS COMPLEMENTARES AO MÍNIMO OBRIGATÓRIO no valor de R$ 174.941,95 (cento e setenta e quatro mil, novecentos e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos), correspondente a **R$ 0,0033362309** por cada ação do capital social; e,

d) Retificar a constituição de RESERVA DE LUCROS A REALIZAR no valor de R$ 8.540.561,78 (oito milhões, quinhentos e quarenta mil, quinhentos e sessenta e um reais e setenta e oito centavos) para R$ 9.065.387,62 (nove milhões, sessenta e cinco mil, trezentos e oitenta e sete reais e sessenta e dois centavos).

Proposta de destinação do Resultado do Exercício de 2015:

a) Retificar o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de R$ 12.393.861,82 (doze milhões, trezentos e noventa e três mil, oitocentos e sessenta e um reais e oitenta e dois centavos), para R$ 11.159.078,76 (onze milhões, cento e cinquenta e nove mil, setenta e oito reais e setenta e seis centavos);

b) Retificar a constituição de RESERVA LEGAL no montante de R$ 619.693,09 (seiscentos e dezenove mil, seiscentos e noventa e três reais e nove centavos) para R$ 557.953,94 (quinhentos e cinquenta e sete mil, novecentos e cinquenta e três reais e noventa e quatro centavos);

c) Ratificar a distribuição de DIVIDENDOS OBRIGATÓRIOS, no valor total de R$ 2.943.542,18 (dois milhões, novecentos e quarenta e três mil, quinhentos e quarenta e dois reais e dezoito centavos), correspondente a R$ 0,0561348286 por cada ação do capital social;

d) Ratificar a distribuição de distribuição de DIVIDENDOS ADICIONAIS no valor de R$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), equivalente a R$ 0,0667467589 por ação ordinária

e) Retificar a constituição de RESERVA DE LUCROS A REALIZAR no valor de R$ 5.330.626,55 (cinco milhões, trezentos e trinta mil, seiscentos e vinte e seis reais e cinquenta e cinco centavos) para R$ 4.157.582,73 (quatro milhões, cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e oitenta e dois reais e setenta e três centavos).

Proposta de destinação do Resultado do Exercício de 2016:

a) Retificar o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de R$ 11.231.323,33 (onze milhões, duzentos e trinta e um mil, trezentos e vinte e três reais e trinta e três centavos), para R$ 10.669.709,91 (dez milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, setecentos e nove reais e noventa e um centavos);

b) Retificar a constituição de RESERVA LEGAL no montante de R$ 561.566,17 (quinhentos e sessenta e um mil, quinhentos e sessenta e seis reais e dezessete centavos) para R$ 533.485,50 (quinhentos e trinta e três mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos); e,

c) Ratificar a distribuição de DIVIDENDOS OBRIGATÓRIOS, no valor total de R$ 10.669.757,16, (dez milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, setecentos e cinquenta e sete reais e dezesseis centavos) correspondente a R$ 0,20347763130 por cada ação do capital social, alterando, contudo, o título da deliberação, que passará a ser:

(c.1) juros sobre o capital próprio no valor de R$ 4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais), correspondentes ao valor bruto de R$ 0,07818906049 e ao valor líquido de R$ 0,06646070141 por ação do capital social, imputáveis ao dividendo mínimo obrigatório objeto da deliberação realizada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de dezembro de 2016 “ad referendum” da Assembleia, aos acionistas detentores de posição acionária no dia 04 de janeiro de 2017;

(c.2) dividendos adicionais no valor de R$ 6.569.757,16 (seis milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, setecentos e cinquenta e sete reais e dezesseis centavos), equivalente a R$ 0,1252885708 por ação ordinária, corrigidos pelo CDI até a data do pagamento, aos acionistas detentores de ações em 02 de maio de 2017, sendo R$ 6.036.224,41 (seis milhões, trinta e seis mil, duzentos e vinte e quatro reais e quarenta e um centavos) relativos ao Lucro Líquido apurado no exercício de 2016 e R$ 533.532,79 (quinhentos e trinta e três mil, quinhentos e trinta e dois reais e setenta e novo centavos) relativos a reversão da Reserva de lucros a realizar.

Ressalte-se que as informações requeridas pelo "Anexo 9-1-II" da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, que constituem o **Anexo I** da presente Proposta, além de estarem disponíveis na página da Comissão de Valores Mobiliários – CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br), a partir desta data, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede social da Companhia e em seu *website* (www.uptickbrasil.com.br.)

III. RATIFICAÇÃO DA ELEIÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

Ratificação da deliberação tomada na Reunião do Conselho de Administração da Uptick de 16 de junho de 2017 no sentido de eleger o Sr. Ricardo Nelson Vasconcelos ao cargo de membro do Conselho de Administração da Uptick, em substituição com Conselheiro renunciante Sr. Carlos César Moreira Padilha, para cumprir mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2020.

Composição atual do Conselho de Administração da Uptick
Helder Rocha Falcão
Céres Varella Bezerra de Araujo Matoso
Ricardo Nelson Vasconcelos
Sérgio Fernandes de Magalhães Filho

Destaca-se que as informações requeridas no Art. 10 da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, relativas ao candidato indicado para compor o Conselho de Administração encontram-se disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, em seu *website* (www.uptickbrasil.com.br), na página da Comissão de Valores Mobiliários – CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br) e constituem o **Anexo III** da presente Proposta.

Uptick Participações S.A.

ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(ANEXO I)

1. Informar o lucro líquido reapresentado dos exercícios sociais findos em 2014, 2015 e 2016.

	Originalmente apresentado	Reapresentado
Lucro/ (Prejuízo) exercício 2014	R$11.986.753,38	R$12.723.351,05
Lucro/ (Prejuízo) exercício 2015	R$12.393.861,82	R$11.159.078,86
Lucro/ (Prejuízo) exercício 2016	R$11.231.323,37	R$10.669.709,91

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados.

Exercício de 2014

O montante global dos dividendos foi de R$ 3.021.795,87 (três milhões, vinte e um mil, setecentos e noventa e cinco reais e oitenta e sete centavos), sendo (i) R$ 2.846.853,93 (dois milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e três reais e noventa e três centavos), correspondente a R$ 0,0542909362 por cada ação do capital social deliberado na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2015 e pago em 23 de setembro de 2015; e, (ii) R$ 174.941,95 (cento e setenta e quatro mil, novecentos e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos), correspondente a R$ 0,0033362309 por cada ação do capital social, propostos a título de dividendos complementares ao mínimo obrigatório a serem aprovados na Assembleia Geral Extraordinária convocada para 02 de outubro de 2017, com data de pagamento prevista para 17 de outubro de 2017.

Exercício de 2015

O montante global dos dividendos foi de R$ 6.443.542,18 (seis milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, quinhentos e quarenta e dois reais e dezoito centavos), sendo (i) R$ 2.943.542,18 (dois milhões, novecentos e quarenta e três mil, quinhentos e quarenta e dois reais e dezoito centavos), correspondente a R$ 0,0561348286 por cada ação do capital social deliberados a título de dividendos obrigatórios; e, R$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), equivalente a R$ 0,0667467589 por ação ordinária, a título de dividendos adicionais, ambos deliberados na Assembleia Geral Ordinária de 24 de abril de 2016.

Os Dividendos Obrigatórios no valor total de R$ 2.943.542,18 (dois milhões, novecentos e quarenta e três mil, quinhentos e quarenta e dois reais e dezoito centavos), foi composto por: (a) juros sobre o capital próprio no

valor de R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), correspondentes ao valor bruto de R$ 0,0476762564 e ao valor líquido de R$ 0,0405248179 por ação do capital social, imputáveis ao dividendo mínimo obrigatório objeto da deliberação realizada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de dezembro de 2015 "ad referendum" da Assembleia, aos acionistas detentores de posição acionária no dia 30 de dezembro de 2015 e pagos em 26 de fevereiro de 2016; e,(b) dividendos complementares no valor de R$ 443.542,18 (quatrocentos e quarenta e três mil, quinhentos e quarenta e dois reais e dezoito centavos), equivalente a R$ 0,0084585722 por ação ordinária, pagos em 14 de setembro de 2016.

Exercício de 2016

O montante global dos dividendos foi de R$ 10.669.757,16, (dez milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, setecentos e cinquenta e sete reais e dezesseis centavos) correspondente a R$ 0,20347763130 por cada ação do capital social, sendo: (a) juros sobre o capital próprio no valor de R$ 4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais), correspondentes ao valor bruto de R$ 0,07818906049 e ao valor líquido de R$ 0,06646070141 por ação do capital social, imputáveis ao dividendo mínimo obrigatório objeto da deliberação realizada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de dezembro de 2016 "ad referendum" da Assembleia, aos acionistas detentores de posição acionária no dia 04 de janeiro de 2017; e, (b) dividendos adicionais no valor de R$ 6.569.757,16 (seis milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, setecentos e cinquenta e sete reais e dezesseis centavos), equivalente a R$ 0,1252885708 por ação ordinária, corrigidos pelo CDI até a data do pagamento, aos acionistas detentores de ações em 02 de maio de 2017, sendo R$ 6.036.224,41 (seis milhões, trinta e seis mil, duzentos e vinte e quatro reais e quarenta e um centavos) relativos ao Lucro Líquido apurado no exercício de 2016 e R$ 533.532,79 (quinhentos e trinta e três mil, quinhentos e trinta e dois reais e setenta e novo centavos) relativos a reversão da Reserva de lucros a realizar. Todos os proventos foram pagos em aos acionistas em 10 de maio de 2017.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

O percentual do lucro líquido do exercício distribuído foi de 100%, calculado com base no lucro líquido passível de distribuição (ajustado nos termos da Lei nº 11.638/07) nos exercícios de 2014, 2015 e 2016.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não aplicável, porque não houve distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre o capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Exercício de 2014

Dividendo obrigatório por ação – R$0,0542909362 (já pago)

Dividendo complementar ao obrigatório por ação – R$0,0033362309 (pagamento em 17/10/2017)

Exercício de 2015

Dividendo obrigatório por ação – R$ 0,0084585722 (já pago)

Dividendo adicional por ação – R$ 0,0667467589 (já pago)

Exercício de 2016

Dividendo adicionais por ação – R$ 0,1252885708 (já pago)

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio relativos aos exercidos de 2014, 2015 e 2016 foram pagos em moeda corrente aos acionistas, com exceção do dividendo complementar ao mínimo obrigatório do exercício de 2014, que será pago conforme vier a ser deliberado na Assembleia da Companhia, a ser realizada em 02 de outubro de 2017.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio.

Somente o dividendo adicional referente ao exercício de 2016 foram corrigidos pelo CDI até a data do pagamento, 10 de maio de 2017.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

No que tange ao dividendo complementar ao mínimo obrigatório do exercício de 2014 a ser deliberado na AGE de 02/10/2017, a administração propõe que a data de identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento seja o dia 06 de outubro de 2017 e a data do pagamento seja 17 de outubro de 2017.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Não aplicável.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos.

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores:

	2016	**2015**	**2014**
Lucro líquido por ação	0,20347673016324	0,212809241977464	0,242640698782880

b) Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores:

	2016	***2015***	***2014***
Juros sobre o Capital Próprio	0,07818906049	0,0476762564	0,0500428652
Dividendos	0,12528857081	0,07520533120	0,0576271658

Ressalta-se que os juros sobre o capital próprio deliberado em 30 de dezembro de 2016 e indicados na tabela acima são a título de antecipação do resultado do exercício de 2016. Os juros sobre o capital próprio de 2015 apontados na tabela acima foram deliberados na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 30 de dezembro de 2015 e foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios a ser deliberado na Assembleia de 2016. Os juros sobre o capital próprio de 2014 apontados na tabela acima foram deliberados na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 30 de dezembro de 2014 relativos à reversão de parte da Reserva de Lucros a Realizar constituída em exercícios anteriores e dividendos mínimos obrigatórios propostos para deliberação na AGE do dia 02/10/2017.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal.

a) Identificar o montante destinado à reserva legal.

O montante destinado a reserva legal referente ao lucro líquido do exercício de 2016 foi de R$ 533.485,5. No exercício social de 2015, o montante destinado a reserva legal foi de 557.953,94, e em 2014 foi de 636.167,55.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

Aplicação do percentual de 5% sobre o lucro líquido do exercício dos últimos três exercícios.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável, porque a Companhia não possui ações preferencias com direito a dividendos fixos ou mínimos.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável, porque a Companhia não possui ações preferencias com direito a dividendos fixos ou mínimos.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não aplicável, porque a Companhia não possui ações preferencias com direito a dividendos fixos ou mínimos.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixou ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Não aplicável, porque a Companhia não possui ações preferencias com direito a dividendos fixos ou mínimos.

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não aplicável, porque a Companhia não possui ações preferencias com direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

Nos termos do artigo 30 do Estatuto Social:

"Artigo 30

A Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Parágrafo Único

As demonstrações financeiras demonstrarão a proposta da administração de destinação da totalidade do lucro líquido do exercício, se houver, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral".

b) Informar se ele está sendo pago integralmente.

O dividendo obrigatório vem sendo pagos integralmente.

c) Informar o montante eventualmente retido.

Não aplicável, porque não houve retenção de dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

a) Informar o montante da retenção.

Não aplicável, porque não houve retenção de dividendo obrigatório.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não aplicável, porque não houve retenção de dividendo obrigatório.

c) Justificar a retenção de dividendos.

Não aplicável, porque não houve retenção de dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a) Identificar o montante destinado à reserva.

Não aplicável, porque não houve destinação de resultado para reserva de contingência.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa.

Não aplicável, porque não houve destinação de resultado para reserva de contingência ou perda considerada provável.

c) Explicar porque a perda foi considerada provável.

Não aplicável, porque não houve destinação de resultado para reserva de contingência ou perda considerada provável.

d) Justificar a constituição da reserva.

Não aplicável, porque não houve destinação de resultado para reserva de contingência.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.

A Companhia não destinará reserva de lucros a realizar.

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.

A Companhia não destinará reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

Não aplicável, porque não houve destinação de resultado para reservas estatutárias.

b) Identificar o montante destinado à reserva.

Não aplicável, porque não houve destinação de resultado para reservas estatutárias.

c) Descrever como o montante foi calculado.

Não aplicável, porque não houve destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a) Identificar o montante da retenção.

Não aplicável, porque não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital.

Não aplicável, porque não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a) Informar o montante destinado à reserva.

Não aplicável, porque não houve destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

b) Explicar a natureza da destinação.

Não aplicável, porque não houve destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

Uptick Participações S.A.

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(ANEXO III)

10.1. Os Diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais.

Como empresa de participação ("holding"), a Uptick tem suas Receitas Operacionais originadas da equivalência patrimonial, mensurada conforme sua participação no patrimônio líquido da COSERN, que no exercício de 2016 foi de R$ 9.593 mil, sendo que em 2015 foi de R$ 10.288 mil e em 2014 foi de R$ 11.803 mil.

O Lucro Líquido da Uptick, ao final do exercício de 2016 foi de R$ 10.669 mil, correspondente ao lucro por ação de R$ 0,203476. Em 2015 o Lucro Líquido foi de R$ 11.159 mil, correspondente ao lucro por ação de R$ 0,212809 e em 2014 foi de R$ 12.723 mil, correspondente ao lucro por ação de R$ 0,242640.

Os índices de liquidez avaliam a capacidade de pagamento da empresa frente a suas obrigações, sendo eles relevantes para determinação da continuidade dos negócios.

Em 31/12/2016, a Uptick apresentou uma liquidez corrente de 2,97 (2,27 em 2015 e 0,29 em 2014). Sua liquidez imediata foi de 3,00 em 31/12/2016 (2,27 em 31/12/2015, e 0,29 em 31/12/2014).

A liquidez geral da Uptick foi de 19,33 em 31/12/2016 (25,16 em 31/12/2015 e 12,84 em 31/12/2014).

Uptick Participações S.A.

Os índices de alavancagem medem o grau de endividamento da empresa. O índice de endividamento geral (EG) mede a proporção dos ativos da empresa financiada por terceiros. Em 31/12/2016, o EG apresentado pela Uptick foi de 5,17% (3,97% em 31/12/2015 e 7,79% em 31/12/2014).

A Diretoria da Uptick Participações S.A. entende que a Companhia apresentou nos 3 últimos exercícios sociais condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com as suas obrigações de curto e médio prazo, bem como dar continuidade as suas atividades.

b) Estrutura de capital:

	2016	2015	2014
Estrutura de Capital			
Capital Próprio	94,83%	96,03%	92,21%
Capital de Terceiro	5,17%	3,97%	7,79%

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Em 2016 e nos últimos 3 (três) exercícios, a Uptick Participações S.A. não possuía financiamentos contratados. Os seus compromissos de curto e médio prazos totalizavam em 31 de dezembro de 2016 o montante de R$ 4.372 mil, contra um ativo circulante no montante de R$ 12.965 mil. Em 2015, os compromissos de curto e médio prazo totalizavam o montante de R$3.177, contra um ativo circulante de R$ 7.225. Já em 2014, os compromissos de curto prazo totalizavam 5.800, contra um ativo circulante de 1.662. Por essa razão, os Diretores da Uptick entendem que a Companhia apresenta um grau de liquidez confortável, demonstrando total capacidade para horar seus compromissos de curto e médio prazos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

Atualmente a Companhia é financiada unicamente por capital próprio.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Atualmente a Companhia não tem a intenção de utilizar fontes de financiamento para cobertura de liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

	2016	2015	2014
Índice de endividamento Geral	5,17%	3,97%	7,79%

O índice de endividamento é a representação do somatório do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo ativo total. No passivo circulante a Uptick possui um valor de R$ 4.372 mil, referente a contas a pagar, a distribuição de dividendos e JCP e pagamento de tributos. Já no passivo não circulante a Uptick possui R$ 12 mil relativos a outros passivos. Em 2015, a Companhia possuía um passivo circulante de 3.177 e não circulante de 12. Já em 2014, o passivo circulante era de R$ 5.800 e o não circulante era de R$ 12. Em ambos os anos, tais valores se referem majoritariamente ao pagamento de dividendos e obrigações fiscais.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2016, não possuía contratos de empréstimo e financiamento em vigor. Em 31 de dezembro de 2015, e em 31 de dezembro de 2014 a Companhia também não possuía contratos de empréstimos.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

A Companhia não possui relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas.

Não aplicável, dado que a Companhia não possui contratos de empréstimo ou financiamento e não possui proventos deliberados em aberto.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não aplicável, dado que a Companhia não possui endividamento.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável, dado que a Companhia não possui endividamento contratado.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas percebidas pela Companhia advieram, principalmente, de dividendos decorrentes da participação detida no capital social da empresa COSERN.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Não houve fatores que impactaram materialmente os resultados operacionais nos últimos três exercícios sociais.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Não ocorreram variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços nos últimos três exercícios sociais.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

Segundo os nossos critérios de análise dos impactos relacionados aos aspectos mencionados, tais fatores não afetaram o resultado operacional da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional.

Não aplicável. A Uptick Participações S.A. é uma *holding*.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não houve em 2016, 2015 e 2014 nenhum evento relevante relacionado a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais.

Não houve eventos ou operações não usuais com efeitos relevantes nas demonstrações financeiras durante os exercícios de 2016, 2015 e 2014.

10.4 Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis.

Não ocorreram modificações significativas nas práticas contábeis.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Não aplicável, dado que não ocorreram modificações significativas nas práticas contábeis.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

Não houve ressalvas e/ou ênfases no parecer do auditor independente nas Demonstrações Financeiras da Uptick do exercícios findos em 31/12/2016, 31/12/2015 e 31/12/2014.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

A Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo, pois adota uma política financeira conservadora no gerenciamento de seus ativos, bem como total conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Os ativos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, que incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras em fundo de investimento, as quais estão suscetíveis a variações decorrentes de aplicações em títulos públicos federais e títulos privados, com o objetivo de acompanhar a média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Tais aplicações, disponíveis para serem utilizadas exclusivamente nas operações da Companhia, possuem a característica de atender compromissos de curto prazo, são imediatamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança no valor.

A Companhia gerencia seus ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Quanto à valorização dos Instrumentos Financeiros, o CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são: (i) Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; (ii) Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços) e, (iii) Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. Todos os ativos financeiros da Companhia estão classificados como de Nível I.

A Companhia não possui operações com derivativos, bem como passivos financeiros.

Os impostos e contribuições a recuperar são demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais à taxa SELIC, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

Por se tratar de uma holding, que tem por objeto social a participação de 5,8192% do capital total da controlada em conjunto Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, concessionária de serviço público de energia elétrica, a administração da Uptick entende que os riscos aos quais a Companhia está exposta decorrem substancialmente, das operações realizadas pela COSERN, em função do resultado de equivalência patrimonial.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;

iv. contratos de construção não terminada; e,

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

b. natureza e o propósito da operação.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

ii. Fontes de financiamento dos investimentos.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A companhia não possui plano de negócios.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não houve fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS CANDIDATOS INDICADOS PARA COMPOR O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(ANEXO III)

12.5. Dados dos candidatos a membros do Conselho de Administração da Companhia:

(a) Nome	(b) Data de Nascimento	(c) Profissão	(d) CPF	(e) Cargo eletivo a ser ocupado	(f) Data de eleição	(g) Data de posse	(h) Prazo do mandato	(i) Outros cargos ou funções na Companhia	(j) Indicado pelo controlador	(k)Membro Independente	(l) Mandatos Consecutivos
Ricardo Nelson Vasconcelos	3/10/1971	economista	429.880.393-72	Membro do Conselho de Administração	16/06/2017	16/06/2017	3 anos - até AGO/2020	-	Sim	Não	0

12.5(m). Informações sobre os candidatos a membros do conselho de administração do emissor:

RICARDO NELSON VASCONCELOS. FORMAÇÃO ACADÊMICA: Mestrado em Economia – CAEN – Universidade Federal do Ceará – concluído em Abr/2004. Pós-Graduação em Administração Financeira – Universidade Estadual do Ceará – concluído em Out/1998. Ciências Econômicas – Universidade Federal do Ceará – concluído em Dez/1994. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: FAELCE – FUNDAÇÃO COELCE DE SEGURIDADE SOCIAL Diretor Administrativo Financeiro – Mai/2017 até o momento Principais responsabilidades: Definição das estratégias de investimentos; Otimização das carteiras e gestão de riscos financeiros; Gestão do orçamento administrativo; Controle do fluxo de caixa e Demonstrações Financeiras. ENEL BRASIL Responsável Operações Financeiras – Nov/2015 até Mai/2017 Principais responsabilidades:

Definição das estratégias de financiamento e otimização da estrutura de capital; Contratação de operações de captação do Mercado financeiro e de capitais; Gestão do portfólio do investimentos financeiros; ENDESA BRASIL Cargo: Coordenador de Planejamento e Projetos Financeiros – Abr/2008 até Nov/2015. Principais responsabilidades: Prospecção de funding para financiamento das companhias da Holding Endesa Brasil; Coordenação de operações de financiamentos para o Capex das companhias com instituições como BNDES, BNB, EIB, IFC Eletrobrás, SUDENE e Bancos comerciais; Coordenação de operações de emissões de debêntures e notas promissórias para financiamento das companhias.

12.5(n). Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorridos nos últimos 5 (cinco) anos:

i. qualquer condenação criminal;
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as respectivas penas aplicadas;
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer;
O candidato indicado para o Conselho de Administração está em condições de firmar declaração de que não sofreram (i) qualquer condenação criminal, (ii) condenação em processo administrativo da CVM, ou (iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Candidato	Percentual de participação nas reuniões do Conselho de Administração no último exercício
Helder Rocha Falcão	100%
Mozart Bandeira Arnaud	100%
José Roque Fagundes da Silva	100%
Céres Varella Bezerra de Araujo Matoso	100%
Carlos César Moreira Padilha	100%
Sérgio Fernandes de Magalhães Filho	100%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

A Companhia não possui comitês estatutários, assim como não possui nenhum outro tipo de comitê em funcionamento.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

A Companhia não possui comitês estatutários, assim como não possui nenhum outro tipo de comitê em funcionamento.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor;

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e,

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Companhia e administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor.

Nenhum candidato a membro do Conselho de Administração da Companhia exerceu, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, funções executivas, bem como não manteve qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle com sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia.

b. controlador direto ou indireto do emissor.

O candidato indicado a ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia exerceu, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, cargo de diretor estatutário em entidade ou sociedade controladora, direta ou indiretamente, da Companhia, conforme a seguir:

- Helder Rocha Falcão é Presidente da Fundação Chesf de Seguridade Social – Fachesf.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não há relações de subordinação, de prestação de serviços ou de controle mantidas entre os administradores da Companhia e os fornecedores, clientes, devedores ou credores da Companhia, ou de suas controladas ou das controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Uptick Participações S.A.